

## TRABALHO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Flávia de Sousa Santos<sup>1</sup>

### RESUMO:

Este artigo tem o objetivo de apresentar algumas teorias que estão intrinsecamente ligadas às políticas públicas, como: o papel das instituições, o papel do Estado e o processo de desenvolvimento, enfatizando a relação entre o Trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida e o conceito de desenvolvimento apresentado por Amartya Sen (2010) como sendo um processo de remoção das principais fontes de privação de liberdade. O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento. Políticas Públicas. Trabalho Social. Política Habitacional.

### ABSTRACT:

*This article aims to present some theories that are intrinsically linked to public policies, such as the role of institutions, the role of the state and the development process, emphasizing the relationship between the Social Work in the My House My Life and the concept of development presented by Amartya Sen (2010) as a process of removal of major sources of deprivation of freedom. The Social Work comprises a set of strategies, processes and actions, conducted from integrated and participatory diagnostic studies of the territory, including dimensions: social, economic, productive, environmental and political-institutional planning and the beneficiary population, in addition to features intervention in order to promote the exercise of participation and social inclusion of these families, in conjunction with other public policies, contributing to improving their quality of life and the sustainability of goods, equipment and services deployed. The methodology used was literature.*

**Keywords:** Development. Public policy. Social work. Housing policy.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Especialização em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais CSEH-UEG.  
flaviapedagoga2013@gmail.com

Fragmentação, setorização e dispersão foram marcas das políticas públicas no Brasil nos diferentes momentos da história. Especialmente a política social, sempre foi um resumo de enfrentamentos e articulações de múltiplos interesses e forças sociais e ainda com intervenções do Estado definidas em meio a jogos de interesse e condicionadas por questões econômicas, políticas e sociais.

Assim, o estudo das políticas públicas demanda considerações de diversas abordagens teóricas que perpassem entre outros aspectos: pelo papel das instituições, pela análise dos conflitos e grupos de interesses, das forças estruturais, pelo papel do Estado e pelo conceito e processo do tão almejado desenvolvimento.

Questões relativas à economia, projetos políticos, demandas sociais e desenvolvimento econômico e social, devem ser analisadas simultaneamente. Deste modo, a política habitacional é campo de interação com a política econômica e com todas as políticas sociais, e sua efetividade está diretamente associada à articulação de ações conjuntas e integradas.

Neste sentido, o Trabalho Social nas intervenções habitacionais configura-se como um leque de ações permeadas por uma perspectiva socioeducativa e política cujo horizonte de trabalho é a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia, aos serviços públicos e o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população.

Assim, o objetivo deste artigo é refletir como as teorias abordadas estão intrinsecamente ligadas às políticas públicas, enfatizando a relação entre o Trabalho Social e o conceito de desenvolvimento apresentado por Amartya Sen (2010) como um processo de remoção das principais fontes de privação de liberdade. Para isso, primeiramente será feita uma abordagem teórica sobre algumas das variáveis que devemos considerar e mais adiante veremos como o Trabalho Social atua como uma instituição fundamental de inserção social e como mecanismo de sustentabilidade nas intervenções habitacionais e mais especificamente nas unidades habitacionais construídas com o Programa Minha Casa Minha Vida.

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo foi a pesquisa bibliográfica, ou seja, “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (SEVERINO, 2007, p. 122). Alguns dos autores estudados para elaboração deste artigo, ou seja, tomados como referencial

teórico foram: Adriana Sousa (2014), Há-Joon Chang (2003), Ronaldo Fiani (2011), Peter Evans (2004) e Amartya Sen (2010).

## **REFERENCIAL TEÓRICO:**

### **I – Institucionalismo, Neo-institucionalismo e desenvolvimento.**

Para uma melhor compreensão da abordagem institucional faz-se necessário algumas considerações sobre o funcionamento do sistema econômico. Na visão clássica da economia temos a concepção de livre mercado que se auto sustenta e auto regula funcionando de forma perfeita e tendendo ao equilíbrio. Entretanto, sabemos das fragilidades dessa teoria, pois existem as chamadas falhas de mercado que precisam ser corrigidas. Surge assim o problema básico de qualquer economia: como aumentar o bem estar social através da coordenação de atividades que empregam os recursos disponíveis reduzindo os conflitos que são gerados conseqüentemente pela atividade econômica?

Visando promover a cooperação, reduzir os conflitos e o desperdício, as sociedades elaboram regras. Essas regras são as instituições. Segundo Allan Schmid (2004, p.2) “...as instituições fornecem ordem e previsibilidade às transações humanas”. Portanto o institucionalismo busca explicar como as instituições ajudam ou dificultam a cooperação no funcionamento do sistema econômico aumentando ou reduzindo os conflitos.

Os sistemas econômicos não se adequam sozinhos, são as instituições que regem as organizações gerando o bem estar da sociedade seja organizando-o, seja promovendo o desenvolvimento. Além disso, as Instituições podem ser formais como, por exemplo, as Constituições, Estatutos, Leis, Regulamentos, Contratos; e informais como as normas de comportamento, convenções, regras de etiqueta, tradições. Tanto as instituições formais quanto as informais são de fundamental importância na análise do processo de desenvolvimento, pois elas regem as organizações e são inerentes a elas.

Douglass North (1971) apresenta ainda os conceitos de ambiente institucional - que abarcam as regras fundamentais de natureza política, social e legal. Essas regras estabelecem a base para produção, troca e distribuição numa visão mais macro do sistema - e arranjo institucional - como as instituições se organizam, se configuram e como interagem com as demais organizações, ou seja, uma visão mais micro.

Assim, podemos afirmar que a teoria institucionalista representa uma abordagem diferenciada para o estudo dos fenômenos sociais, econômicos e políticos que discorda do pensamento neoclássico tomando a racionalidade limitada dos indivíduos e o papel das instituições como objeto central de sua análise.

O pensamento institucionalista divide-se em duas correntes denominadas de Velho Institucionalismo e Novo ou Neo-institucionalismo. Entretanto, é importante considerar que não há aqui a ideia de obsoleto e moderno respectivamente, visto que, o neo-institucionalismo tem suas bases no antigo institucionalismo e ambos se referem à importância do papel das instituições no desenvolvimento econômico apresentando semelhanças e divergências em alguns pontos.

O neo-institucionalismo não se apresenta como uma corrente de pensamento unificada, mas considera quatro escolas de pensamento. A saber: 1) Institucionalismo da escolha racional - que segundo Sousa (2014) apud Tsebelis (1998) parte do pressuposto de que os indivíduos moldam as instituições, influenciando sua criação e função, desenvolvendo um comportamento estratégico em um contexto de normas e regras; 2) Institucionalismo econômico ou nova economia institucional - que conforme Sousa (2014) apud Conceição (2002) preocupa-se fundamentalmente com aspectos microeconômicos, dando ênfase à teoria da firma em uma abordagem não convencional, mesclada com história econômica, economia dos direitos de propriedade, sistema comparativos, economia do trabalho e organização industrial e como ponto mais relevante os custos de transação; 3) Institucionalismo sociológico - que de acordo com Sousa (2014) busca explicar por meio das questões sociais, históricas e culturais o processo de desenvolvimento das instituições; e por fim 4) Institucionalismo histórico - que como afirma Sousa (2014) apud Hall e Taylor (2003), desenvolveu-se como reação contra a análise da vida política em termos de grupos e contra o estruturo-funcionalismo, que dominavam a ciência política nos anos 60 e 70.

Enfim, estas vertentes consideram as instituições são chaves do desenvolvimento especialmente por sua capacidade de administrar a cooperação e o conflito nas organizações, sobretudo em ambientes de insegurança e instabilidade. Como afirma Rawls (2008) mesmo que a sociedade atue de forma cooperativa visando o benefício de todos, ela está marcada por conflitos de interesses quando os indivíduos desejam uma parcela maior dos benefícios produzidos pela coletividade para atingir seus fins.

Para Fiani (2011) há então

uma permanente tensão entre ganhos da cooperação e o conflito (potencial ou declarado) na disputa pela apropriação desses ganhos. As instituições podem ser os instrumentos de mudança que permitem aos indivíduos e grupos sociais mudarem a forma de escolherem e tornarem realidade suas decisões, que poderão ser mais ou menos bem-sucedidas na promoção do desenvolvimento. (FIANI, 2011 p. 10)

E conclui que o sucesso das instituições na promoção do desenvolvimento está na medida em que diante da complexidade das organizações, elas conseguem solucionar conflitos e promover a cooperação reduzindo incertezas.

Visando aprofundar os estudos sobre o papel das instituições no contexto do processo de desenvolvimento apresentaremos a seguir de forma breve e sucinta os pontos centrais da análise de Há-Joon Chang sobre o desenvolvimento.

## **II – A dependência histórica do desenvolvimento por Há-Joon Chang.**

Chang (2003) a partir de uma análise histórica do desenvolvimento econômico faz uma crítica ao “pacote da boa governança” imposto pelos países altamente desenvolvidos aos países em desenvolvimento considerando-o como um possível pretexto para dificultar o acesso desses países às políticas e instituições que eles implementaram no passado a fim de alcançar o desenvolvimento econômico.

Este conjunto de “instituições boas” geralmente inclui: a democracia; uma burocracia e um judiciário limpos e eficientes; forte proteção ao direito de propriedade (privada) inclusive propriedade intelectual; boas instituições de governança empresarial; instituições financeiras bem desenvolvidas; bom sistema financeiro público e boas instituições previdenciárias capazes de oferecer redes de amparo e proteger os direitos dos trabalhadores.

Na avaliação de Chang os países altamente desenvolvidos estão exigindo dos países em desenvolvimento em curto prazo, instituições com elevado grau de qualidade das quais levaram décadas e até séculos para desenvolver, sendo que na verdade, os países em desenvolvimento possuem níveis muito mais elevados de qualidade institucional do que tinham os países altamente desenvolvidos em estágios comparáveis de desenvolvimento, desconsiderando assim seu próprio desenvolvimento histórico.

Ante o exposto Chang questiona porque os grupos de ordem ideológica, econômica e política não recomendam as mesmas políticas utilizadas pelos países bem sucedidos e porque procuram impor determinadas instituições de boa prática que nem eles mesmos aplicaram.

Em suma o autor afirma que esses países estão literalmente “chutando a escada” quando querem impor políticas e instituições supostamente “boas” aos países em desenvolvimento, mas que na realidade não são as mesmas que os levaram ao prometido crescimento.

Finalmente, o autor manifesta algumas ideias para um possível plano de ação para o desenvolvimento. Segundo ele os países altamente desenvolvidos deveriam divulgar mais os fatos históricos ligados ao seu processo de desenvolvimento, possibilitando assim, que os países em desenvolvimento possam escolher as políticas e as instituições que lhes sejam mais adequadas inclusive entre as políticas “ruins” que a maioria desses países aplicou com tanta eficiência.

Chang defende ainda uma mudança radical nas condicionalidades referentes à ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e ainda mudanças nas regras da Organização Mundial do Comércio e de outros acordos multilaterais de comércio incentivando assim a promoção da indústria nascente. Além disso, deve-se repensar o estímulo, o fortalecimento e aprimoramento de boas políticas e boas instituições que ajudarão os países em desenvolvimento a crescer mais depressa.

Quando se fala em desenvolvimento é indispensável e de fundamental importância à discussão acerca do papel do Estado no sistema econômico. Peter Evans (2004) traz uma análise de como o Estado pode favorecer o processo de desenvolvimento a partir da questão de autonomia e parceria. Vejamos a seguir.

### **III – Autonomia e Parceria do Estado por Peter Evans.**

Para Evans (2004) a necessidade de intervenção do Estado no funcionamento do sistema econômico deriva de três motivos. Primeiro, para superar as falhas de mercado, pois como já foi dito ele é incapaz de se autorregular. Segundo, para superar as resistências sociais ao processo de desenvolvimento atuando como mediador de conflitos. Terceiro, para superação de resistências sociais a redistribuição de renda na sociedade especialmente com relação à maximização de lucros, monopólios e interesses individuais dos grupos dominantes.

Assim, faz-se necessário a intervenção da racionalidade administrativa do Estado para superar a racionalidade limitada dos indivíduos. Entretanto, isso não significa que a atuação do Estado seja sempre adequada e eficaz, pois isso muito depende das condições que determinam a forma pela qual o Estado exerce o papel que a sociedade exige dele.

Na análise do autor mesmo que o Estado atue como “balcão” de troca de favores por benefícios individuais e de forma fragmentada, ele possui interesses próprios e de alguma forma intervém na sociedade em busca deles. Portanto, ele age simultaneamente na busca do bem comum e promovendo interesses particulares.

Peter Evans explica essa atuação do Estado na promoção do desenvolvimento a partir dos conceitos de autonomia e parceria. Para ele, ser um Estado desenvolvimentista implica estar conectado com as elites industriais e buscar estabelecer parcerias com os mais variados grupos e classes expandindo assim suas capacidades. Ao mesmo tempo em que a estabilidade da aliança Estado-sociedade se torna possível, seu sucesso transformador pode ameaçá-la. Exemplo disso são as confederações dos trabalhadores apoiadas pelo governo, onde o Estado precisa agir como mediador dos interesses dos grupos empresariais e dos trabalhadores. Destaca-se aqui a face repressiva do Estado como protetor desses interesses.

Evans cita variações da autonomia e parceria. Estados desenvolvimentistas que possuem conexões exclusivas acabam sendo limitados e apresentam maior risco de desmoronar. Entretanto, apesar de o Estado estar ligado ao capital também há exemplos de alianças excludentes às elites empresariais como no caso de Kerala, cujos resultados das análises de bem estar são surpreendentes. As mobilizações populares foram o ponto alto, e alinhados a um poder estatal adequado e construção de novas instituições, alcançaram sucesso mesmo não sendo um Estado desenvolvimentista. Já a Áustria mostra que à medida que os indivíduos da sociedade civil se tornam mais organizados mais se torna necessário um aparato de Estado sólido e sofisticado.

Já no caso de países intermediários como o Brasil, Evans afirma que não há preocupação com o desmoronamento, pois nossa organização interna e conexões sociais não produziram uma transformação completa. O autor aponta que copiar modelos não é o melhor caminho assim como a autonomia e parceria não são fórmulas prontas para serem aplicadas, mas que, entretanto, não devem ser desconsiderados. Por conseguinte ele cita aspectos que devem ser observados para que um país se torne desenvolvimentista. A saber: partir do princípio de que a capacidade do Estado está abaixo da demanda; aumentar a capacidade do Estado; rigorosa seletividade; recrutamento meritório; premiação com incentivos para a busca em longo prazo de projetos coletivos e construir uma burocracia robusta e coerente.

A burocracia se faz necessária para organizar a administração pública e para evitar a fragmentação do Estado pelos interesses privados de seus membros e ainda para frear os

diversos abusos cometidos, especialmente os casos de corrupção, nepotismo, a compra e venda de cargos públicos e o apadrinhamento. Esta seria a principal forma de o Estado conseguir uma autonomia relativa. O autor pontua que em países onde a mobilização inclui diversos grupos e o eleitorado político é geralmente associado ao clientelismo e a corrupção do Estado, criar partidos com agendas a longo prazo é ainda mais difícil que construir uma burocracia.

Conforme a tese de Peter Evans, a autonomia do Estado como ente defensor dos interesses coletivos é condição necessária, porém, não suficiente para implementação de políticas de desenvolvimento. Visto que as agências do Estado muito vezes não conhecem a realidade nem as reais necessidades da coletividade é preciso que o Estado se articule com a sociedade a fim de estabelecer parcerias para formulação de boas políticas.

O autor destaca ainda dois tipos de Estado que podem ser identificados por suas estruturas e suas relações com a sociedade, determinando assim, como é sua atuação na economia e na promoção do desenvolvimento. São eles: o Estado predador que é aquele que carece de uma burocracia weberiana e onde conseqüentemente os interesses particulares estão em detrimento dos interesses coletivos caracterizando um Estado fragmentado pelo individualismo e pela extração de ganhos, e não pelo desenvolvimento; e o Estado desenvolvimentista que é burocrático, logo, possui autonomia. Ademais procura estabelecer parcerias combinando interesses coletivos. “É aquele que consegue combinar autonomia e parceria”.

Por fim, podemos afirmar que, para que o Estado seja desenvolvimentista é preciso que ele esteja internamente organizado segundo a burocracia weberiana, para assim adquirir autonomia e que, ao mesmo tempo esteja inserido em um conjunto de alianças entre Estado e agentes privados buscando parcerias para atender aos interesses da coletividade. Além disso, deve criar instituições fortes com arranjos específicos.

Ainda objetivando aprofundar nesse contexto de desenvolvimento, vejamos resumidamente a análise de Amartya Sen (2010) que será tomada como ponto central da política pública que trataremos mais adiante.

#### **IV - A liberdade como condição e resultado do processo de desenvolvimento por Amartya Sen.**

Amartya Sen considera que, apesar das grandes mudanças e evoluções ocorridas a partir do século XX como, por exemplo, o estabelecimento da democracia, os conceitos de direitos humanos, o estreitamento das relações entre as regiões, ainda prevalecem problemas antigos como: a desigualdade, a pobreza, a fome, enfim, vivemos em um mundo de privações, destituição e violação de liberdades.

A superação desses problemas é parte central do processo de desenvolvimento. O autor afirma que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000 p. 10) e essa condição de agente que é central para lidar com as privações, muitas vezes é limitada e restringida pela falta de oportunidades sociais, políticas e econômicas.

Para Sen o desenvolvimento ocorrerá a partir da retirada das principais fontes de perda de liberdade que são: a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Essa abordagem nas liberdades humanas diverge das visões reduzidas de desenvolvimento como sinônimo de crescimento do produto interno bruto e de rendas individuais, embora sejam muito importantes como meio de ampliação das liberdades, pois, na maioria das vezes a pobreza econômica está diretamente relacionada com a privação de liberdades básicas como saciar a fome, vestir-se, ter acesso à água, remédios entre outras.

Assim, o autor salienta a necessidade de articular de forma integrada atividades econômicas, sociais e políticas, que envolvam variadas instituições e condições para que os indivíduos consigam assumir seu papel de agente, moldando seu próprio destino, e não simplesmente sendo fadados como meros beneficiários de programas de desenvolvimento.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: O TRABALHO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

Desde a Constituição de 1988 que define a moradia como direito, muitas políticas no campo de habitação de interesse social têm sido implantadas sem um devido planejamento de desenvolvimento urbano. Entretanto, muitas dessas ações trouxeram consequências catastróficas que até hoje não puderam ser resolvidas pelo poder público.

Com a nova Política Nacional de Habitação de 2004, tem-se buscado romper esse modelo precário por meio da integração com as demais políticas de desenvolvimento urbano

tais como: saneamento, transporte, mobilidade e demais serviços públicos como escola, postos de saúde, entre outros.

Nesse sentido, nos últimos 15 anos, o trabalho social em intervenções habitacionais tem ganhado visibilidade e reconhecimento. Essa valorização é fruto de um processo que teve início com a criação do Ministério das Cidades em 2003 e foi incorporada às discussões sobre uma nova Política Nacional de Habitação que foi aprovada no ano seguinte (2004) criando o Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social em 2005. Desde então, estabeleceu-se a aplicação de no mínimo 2,5% do valor do investimento para ações do Trabalho Social. Por conseguinte, a realização do trabalho social tornou-se obrigatória em todos os projetos de intervenção habitacional.

Trata-se de um trabalho essencial realizado junto às famílias que serão beneficiadas com os programas. Em Janeiro de 2014 o Ministério das Cidades expediu a Portaria N° 21 contendo as instruções do trabalho social em suas ações e programas:

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, 2014, p. 5).

Nessa portaria, são definidas ainda as diretrizes, as especificações e os procedimentos normativos para sua consecução.

É preciso destacar quatro novos conceitos introduzidos por essa nova diretriz. São eles: 1) Participação: deseja-se uma ampla e ativa participação dos moradores afetados pela intervenção habitacional, dando voz às populações para que expressem seus desejos, ausências e a necessidades de arranjos urbanos que são imprescindíveis na formatação de projetos urbanísticos habitacionais; 2) Microárea e macroárea: o trabalho social deverá incluir também a macroárea onde se dá a integração territorial da população-alvo em seu novo espaço, ou seja, não basta assegurar uma nova condição de moradia se ela não estiver interligada a processos de inclusão nas demais redes sociourbanas e produtivas fortalecendo assim o sentimento de pertencimento à cidade; 3) Intervenções de saneamento e habitação: o trabalho social deve se estender a essas intervenções assim como em todas as outras que

envolvam deslocamento involuntário de famílias; e 4) Destinatários do Trabalho Social: ampliação do foco do Trabalho Social.

Também foram definidos quatro eixos norteadores que devem ser contemplados. A saber: 1) Mobilização, organização e fortalecimento social: visa promover a autonomia e o protagonismo social por meio dos processos de informação, organização, mobilização e capacitação da população beneficiária, e ainda o fortalecimento, constituição e formalização de canais de participação e controle social; 2) Acompanhamento e gestão social da intervenção: em articulação com a construtora, os entes públicos e as concessionárias de acordo com suas respectivas competências, visa fomentar a gestão das ações sociais necessárias para a identificação e solução de problemas construtivos ou de manutenção relacionados ao empreendimento; 3) Educação ambiental e patrimonial: alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção por meio de ações que promovam a mudança de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e a vida saudável, influenciando assim a qualidade de vida e percepção crítica sobre fatores sociais, políticos, culturais e econômicos; 4) Desenvolvimento Socioeconômico: fomentar e articular políticas públicas de apoio a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda visando à inclusão produtiva, econômica e social, melhorando assim a qualidade de vida da população.

Sobressaem dois elementos chaves no trabalho social: o socioeducativo e o fortalecimento da cidadania através da construção de sujeitos coletivos. Há três grandes momentos bem definidos para o trabalho social: o anterior as obras, durante as obras e posterior às obras, também chamada de pós-ocupação. Em cada um desses momentos há especificidades para o desenvolvimento do trabalho social. O trabalho social nos territórios precisa ser planejado em todas as fases desse ciclo, envolvendo um conjunto de estratégias que devem ser articuladas em um processo contínuo e sistemático.

## **TRABALHO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE**

Segundo a concepção de desenvolvimento através da liberdade elaborada por Amartya Sen, o acesso à moradia pode ser visto como condição para a promoção das liberdades dos indivíduos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do país. A partir da implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em 2009, cujo objetivo principal é facilitar a aquisição da casa própria pelas famílias com renda mensal entre zero e dez salários mínimos,

sobretudo por aquelas localizadas nas periferias das grandes cidades e em áreas de risco, várias instituições foram criadas e modificadas a fim de aperfeiçoar essa nova política de habitação.

Entre estas instituições destaca-se o Trabalho Social nas intervenções habitacionais que como já vimos, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações integradas e interligadas às dimensões social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária desses programas e que ainda prezam pela participação ativa desses indivíduos, ou seja, dando-lhes oportunidades para que eles sejam agentes de sua própria vida, e isso de fato como afirma Sen é condição central para lidar com as privações.

Assim, podemos afirmar que o Trabalho Social representa um grande avanço no sentido de que, muito mais do que oferecer uma moradia aos indivíduos é preciso assegurar a eles o direito de participar ativamente de decisões que lhes dizem respeito, e ainda promover os meios para o desenvolvimento de outras liberdades, garantindo a oferta de serviços públicos de qualidade e fortalecendo sua participação na vida social, política e econômica da comunidade.

## CONCLUSÃO

É preciso reconhecer que existem inúmeras variáveis a se considerar para o estudo das políticas públicas. Dentre essas variáveis podemos destacar o papel das instituições, o papel do Estado e o processo de desenvolvimento.

A perspectiva do desenvolvimento como liberdade nos diz que o desenvolvimento de uma nação ocorre quando há aumento das liberdades dos indivíduos. Assim, nos faz pensar como o crescimento econômico contribui para que as pessoas tenham mais acesso à saúde, educação, moradia, direitos civis, entre outros. Estas liberdades são meio e fim, pois uma promove a outra e ambas promovem o desenvolvimento. Neste sentido, a moradia é um fator necessário para que o indivíduo possa desenvolver suas capacidades e ter acesso aos diversos tipos de liberdade.

Porém, o problema não se finda com a entrega das chaves de um imóvel a um morador. É preciso um conjunto de ações bem articuladas capazes de promover o desenvolvimento político, social e econômico dessa população, impedindo ainda a estigmatização e segregação social dos conjuntos populares.

O Trabalho Social como uma instituição das intervenções habitacionais apresenta várias dimensões, política, ética, técnica e educativa, que se combinam na prática profissional, configurando-se em uma contribuição fundamental para a efetividade da política habitacional e para o atendimento das demandas por moradia. Mesmo sendo obrigatório é um processo permeado de limites e desafios para ser concretizado.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Política Nacional de Habitação*. Brasília, 5 nov. 2004.86p.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1 de 1992, a 38, de 2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n.1 a 6 de 1994 - 19 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. 427p.

BRASIL. *Estatuto das Cidades: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_; CAIXA. *Trabalho Técnico Social: avaliação de programas habitacionais - orientações para o entrevistador*. Brasília, março de 2004.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Caderno de Orientação Técnico Social*. Disponível em: <<http://www1.caixa.gov.br/download/index.asp>> Acesso em: 17 set. 2014

BARBOSA, Kássia C. U. Soares. *Reflexões sobre o trabalho social na habitação*. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2011. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/QUESTAO\\_URBANA\\_E\\_GESTAO\\_DAS\\_CIDADES/REFLEXOES\\_SOBRE\\_O\\_TRABALHO\\_SOCIAL\\_NA\\_HABITACAO\[1\].pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTAO_URBANA_E_GESTAO_DAS_CIDADES/REFLEXOES_SOBRE_O_TRABALHO_SOCIAL_NA_HABITACAO[1].pdf)> Acesso em: 17 set. 2014.

CHANG, H. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2003a.

Curso a Distancia, *trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social*. Brasília: Ministério das Cidades Primeira impressão: setembro de 2010, 127 p.

D'AMICO, Fabiano. *O Programa Minha Casa Minha Vida e a CAIXA*. In: COSTA, Juliana Camargos [et al.]. *O desenvolvimento econômico brasileiro e a CAIXA: trabalhos premiados*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: CAIXA, 2011. p. 33-54 (mimeo).

EVANS, P. *Autonomia e parceria: estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FIANI, R. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. *Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades*.

SEN, Amartya k. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de bolso, 2010.

SOUSA, Adriana Pereira de. *Influência da mudança institucional na formação e organização da estrutura de governança e accountability do saneamento básico : um olhar para Goiás*. 2014. 201 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia da UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.